



Relatório

Sobre o Estado da Desinformação no Espaço Digital em Moçambique 2025

De um Problema Episódico a Sistémico

MISA-Moçambique

Título: Relatório Sobre o Estado da Desinformação no Espaço Digital em Moçambique 2025: De um Problema Episódico a Sistémico

© MISA– Maputo, Junho de 2026

Como citar o documento: “MISA (2026). Relatório Sobre o Estado da Desinformação no Espaço Digital em Moçambique 2025. De um Problema Episódico a Sistémico. Maputo: MISA-Moçambique”

Endereço: Avenida Agostinho Neto, n°788, 1ºandar, Bairro da Sommerschield

Caixa Postal: 615. Maputo, Moçambique

Telefone: +258 21423839

Email: info@misa.org.mz; misamozambique@gmail.com

<http://www.misa.org.mz>

Parceiros:



As opiniões e conclusões vertidas no relatório não vinculam os parceiros do MISA

RESUMO

Este relatório apresenta o estado da desinformação no espaço digital moçambicano ao longo do ano de 2025. No período em análise, a desinformação afigurou-se um sério problema, com pelo menos 81 casos registados. Num país polarizado como Moçambique, a área política e os actores políticos foram os mais afectados, com vários casos de desinformação criados com o intuito de manipular e influenciar a percepção pública sobre pessoas singulares e colectivas. No entanto, vulnerabilidades como o desemprego, sobretudo entre os jovens, também foram exploradas para desinformar. Geralmente, os actores da desinformação se escondem por detrás de pseudónimos e anonimatos, ao mesmo tempo que simulam formatos jornalísticos para conferir legitimidade aos seus conteúdos falsos. A rede social Facebook, por sinal a mais usada em Moçambique, destaca-se como a principal plataforma de disseminação de desinformação. No geral, este relatório argumenta que a desinformação, em Moçambique, está a deixar de ser um problema episódico para se tornar um problema contínuo e sistémico. Uma produção em série de casos de desinformação leva à poluição do espaço público, comprometendo não só a credibilidade de pessoas e instituições, como também o debate público e a própria democracia. Os resultados aqui apresentados revestem-se de particular importância sobretudo para informar políticas e acções tendentes a combater a desinformação e garantir uma esfera pública saudável em que o debate se baseia em informação credível.

SUMMARY

This report presents the state of disinformation in the Mozambican digital space throughout the year 2025. In this period, disinformation represented a serious problem, with at least 81 registered cases. In a polarized country like Mozambique, the political area and political actors were the most affected, with several cases of disinformation created with the intention of manipulating and influencing public perception about individuals and corporate entities. However, vulnerabilities such as unemployment, especially among young people, were also exploited to disinform. Generally, disinformation actors hide behind pseudonyms and anonymity, while simulating journalistic formats to confer legitimacy on their false content. The social network Facebook, by the way the most used in Mozambique, stands out as the main platform for the dissemination of disinformation. Overall, this report argues that disinformation, in Mozambique, is ceasing to be an episodic problem to become a continuous and systemic problem. A mass production of disinformation cases leads to the pollution of the public space, compromising not only the credibility of people and institutions, but also the public debate and the democracy itself. The results presented here are of particular importance, especially to inform policies and actions aimed at combating disinformation and ensuring a healthy public sphere in which debate is based on credible information.

INTRODUÇÃO

A desinformação tornou-se num dos problemas centrais com que as sociedades contemporâneas se confrontam. Embora a desinformação não seja necessariamente um problema novo¹, os crescentes desenvolvimentos tecnológicos elevaram o fenómeno² para níveis sem precedentes na história da humanidade. De forma particular, a liberação do acesso às tecnologias como internet e redes sociais digitais, bem como a rápida difusão da informação que permitem; a sua divulgação instantânea e em larga escala, criaram a ‘tempestade perfeita’ para a explosão da desinformação nos últimos tempos. Nesta conjuntura, qualquer cidadão com acesso às tecnologias torna-se não só consumidor da informação, mas um produtor activo que pode contornar as tradicionais barreiras profissionais de produção de conteúdo que, no passado, estava reservada à profissão jornalística. Enquanto a democratização da produção da informação não é, por si só, o problema, o deslocamento desta responsabilidade faz com que informação não factual seja colocada no domínio público sob pretensão de ser real, para avançar agendas particulares. Enquanto as tecnologias são fundamentais para as sociedades contemporâneas, porquanto permitem um maior acesso à informação, participação dos cidadãos na vida política e uma maior conectividade, rompendo barreiras espaciais e temporais, a digitalização também trouxe, pois, enormes desafios, sendo a desinformação um deles (outros incluem assédio online, discurso de ódio, etc.).

A natureza das redes sociais digitais, por si só, é desenhada para privilegiar temas sensacionais, que são a base da economia política destas plataformas, centrada na monetização³. Esta natureza é reforçada pela configuração sociotécnica das plataformas, cuja filtragem de conteúdos (*curation*⁴), por via de algoritmos, privilegia temas de interesse do usuário e provenientes do seu círculo de amigos, isto é, pessoas com mesmos interesses, incluindo afinidades ideológicas. Esta configuração, por sua vez, facilita a constituição de ‘cameras de eco’⁵, que são espaços nos quais, ao mesmo tempo que os cidadãos têm a impressão de estarem em debate, estão efectivamente

em lugares fechados com os seus, onde a dissidência raramente penetra. A crescente utilização da inteligência artificial tornou o fenómeno da desinformação ainda mais crítico, uma vez que esta tem a capacidade de tornar a desinformação cada vez mais convincente, incluindo sob forma das chamadas *deepfakes*⁶. Entretanto, ao contrário de como a questão é muitas vezes colocada, particularmente entre não especialistas, a desinformação não é só um problema tecnológico⁷, ligado à internet e às redes sociais digitais. Pelo contrário, é um fenómeno que se situa nos problemas estruturais da sociedade, que incluem um crescente descrédito pelas democracias e suas instituições, incluindo os media tradicionais⁸. Igualmente, a desinformação é também explicada por factores psicológicos, com destaque para o ‘víeis de conformação’⁹, um fenómeno que se manifesta pela tendência humana de procurar e dar mais crédito a informações que confirmem crenças pré-existentes, ignorando evidências em contrário. Por outro lado, enquanto instrumento de manipulação de mentes, a desinformação esteve sempre presente na história da humanidade, seja por via de boatos ou propaganda¹⁰.

As tecnologias simplesmente agravaram o problema nos tempos actuais. As consequências da desinformação para as sociedades contemporâneas são elevadíssimas. O fenómeno não só compromete a credibilidade da informação, como também a integridade do debate público, das instituições, de processos democráticos como as eleições e, automaticamente, as próprias democracias¹¹. Moçambique não é excepção desta conjuntura. Pelo contrário, nos últimos anos, o país tem testemunhado

1 https://www.icfj.org/sites/default/files/2018-07/A%20Short%20Guide%20to%20History%20of%20Fake%20News%20and%20Disinformation_ICFJ%20Final.pdf

2 <https://www.worldscientific.com/doi/pdf/10.1142/S1793962324500338>

3 https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-14575-9_13

4 <https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/2591971.2592010>

5 <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/07439156221103852>

6 https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/103313/ssoar-jcss-2025-1-nasiri_et_al-The_Evolution_of_Disinformation_from.pdf

7 <https://doi.org/10.1080/23743670.2020.1788295>

8 <https://www.sv.uio.no/arena/english/research/publications/arena-working-papers/pdf/2021-2030/wp-7-michailidou-et-al.pdf>

9 https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2024.1414864/full?utm_source=chatgpt.com

10 https://www.perlego.com/paid/book/4587213/media-and-propaganda-in-an-age-of-disinformation-pdf?utm_source=google&utm_medium=cpc&campaignid=15853719261&adgroupid=185071316299&gad_source=1&gad_campaignid=15853719261&gbraid=0AAAAADN2n-NLMK1m8Hvpj-UfLAbJsoDjG&gclid=CjwKCAjw7XQBhBkEiwAtStpp5rPuJ7js72tVULVtM8j-wx-LMp65p8UMBOnEQ-C9Id-8Ny_6I-8APhoCh9IQAvD_BwE

11 <https://drive.google.com/file/d/12tXzEvYcV6HkiL7KCVJt0CeOPJaUgFil/view>

uma intensificação da desinformação, particularmente no espaço digital. Nas eleições de 2024 e na crise que as seguiram, por exemplo, a desinformação ganhou terreno no espaço digital moçambicano como mecanismo de luta política, conforme demonstrado no relatório referente a aquele ano¹². No contexto de Moçambique, a desinformação tem estado também por detrás de incidentes que levam ao caos e até à morte¹³, conforme atestam casos correntes de linchamentos por suposto atrofamento de órgãos genitais¹⁴.

Este relatório apresenta o estado da desinformação no espaço digital em Moçambique ao longo do ano de 2025, identificando as tendências do fenómeno, suas temáticas, protagonistas, vítimas, as estratégias usadas para a manipulação bem como as principais plataformas de disseminação. O relatório culmina um trabalho que o MISA Moçambique vem desenvolvendo ao longo dos últimos anos, com vista a garantir a integridade da informação no espaço público. O trabalho envolve o monitoramento, recolha, verificação e análise de casos suspeitos de desinformação, através da unidade de verificação de factos MISACheck¹⁵. Este exercício inclui a emissão (sempre que se julgar pertinente) de alertas e esclarecimentos sobre casos de desinformação, bem como relatórios trimestrais sobre o fenómeno. Enquanto, tradicionalmente, o trabalho do MISA cingiu-se à protecção da tríade das Liberdades de Imprensa, de Expressão e do Direito à Informação, nos últimos anos, a última componente passou a integrar a problemática da desinformação nas redes sociais digitais, dada a magnitude que o problema vem conhecendo. Para o MISA, na actual era da digitalização, o direito à informação deixou de se limitar apenas ao seu acesso, para passar a incluir destacadamente a qualidade de informação a que se tem acesso.

A fundamentação desta expansão de foco é de que, nesta era da desinformação, não basta o acesso à informação. Mais do que o acesso em si, é importante a qualidade da informação que se disponibiliza ao público, sobretudo porque um debate público saudável também depende da qualidade da informação de que se socorre. Este relatório está organizado em seis partes. Além do resumo e da presente introdução, apresenta, sucessivamente, o contexto, a metodologia, os resultados e a análise e,

por fim, a conclusão e as recomendações. Documentar o estado da desinformação no espaço digital, em Moçambique, revela-se de particular importância nesta era digital, não só para oferecer a situação sobre o fenómeno, como também para informar políticas públicas sobre a matéria, bem como alimentar a pesquisa académica, o trabalho da sociedade civil, dos parceiros de cooperação e demais interessados na matéria.

CONTEXTO

A desinformação no espaço digital precisa de ser situada dentro do contexto do acesso à internet e às redes sociais digitais, que são os mecanismos por via dos quais o fenómeno é gerado e disseminado. No contexto de Moçambique, estima-se que cerca de 7,12 milhões de pessoas usam a internet, o que representa 19,8% dos 35,9 milhões de habitantes¹⁶. Os utilizadores de redes sociais digitais rondam os 4,10 milhões, equivalendo a 11,4% da população total. Em termos de redes sociais digitais, o Facebook é a principal plataforma usada, respondendo pela totalidade dos 4,10 milhões de utilizadores de redes sociais, à frente do TikTok (3,70 milhões), LinkedIn (880 mil), Instagram (729 mil), Messenger (368 mil) e X (150 mil utilizadores)¹⁷. Mesmo que ainda limitados, estes números demonstram uma penetração considerável da internet e das redes sociais digitais no país, sobretudo nos centros urbanos, onde a infraestrutura tecnológica continua grandemente concentrada. No entanto, o crescente acesso a estas tecnologias é contrastado por um contexto moçambicano caracterizado por baixos níveis de literacia mediática/digital e incipiência dos mecanismos de verificação de factos. Estes factores, combinados com a economia política das redes sociais digitais que privilegia o sensacionalismo, as ‘câmaras de eco’ e os ‘víeis de confirmação’, conforme acima exposto, agravam a exposição da sociedade à desinformação. Também no contexto de Moçambique, a Inteligência Artificial começa a ganhar espaço, o que eleva o grau do problema, particularmente devido à criação e disseminação de *deepfakes*.

12 <https://misa.org.mz/wp-content/uploads/2025/05/Relatorio-do-estado-da-Liberdade-de-Im-prensa-2025.pdf>

13 <https://aimnews.org/2024/04/10/combater-desinformacao-e-salvar-vidas-misa/>

14 <https://aimnews.org/2026/04/28/penis-theft-rumours-lead-to-lynchs-in-nampula/>

15 <https://www.misa.org.mz/misacheck/>

16 <https://datareportal.com/reports/digital-2026-mozambique>

17 Idem

Do ponto de vista de legislação e de políticas públicas sobre o espaço digital, embora estejam em curso acções visando regular o ambiente online, o país encontra-se atrasado neste sentido. Até 2025, ano de referência deste relatório, apenas a Lei n.º 03/2017, de 9 de Janeiro (Lei das Transações Electrónicas), abordava questões relacionadas com o ambiente digital. Embora aborde questões como protecção e utilização das tecnologias de informação e comunicação, a Lei n.º 03/2017¹⁸ tem foco nas transações electrónicas (como o comércio electrónico e o governo electrónico). Só no ano em curso é que foram aprovadas, em sede do Parlamento, as Leis de Segurança Cibernética e Crimes Cibernéticos, que visam garantir a segurança do cidadão, do Estado e a protecção de dados¹⁹ contra crimes cometidos por meios digitais. Igualmente, o Governo já submeteu, ao Parlamento, o ante-projecto da lei sobre protecção de dados, cuja inexistência afigura, nos últimos anos, como uma das principais lacunas do país na esfera dos direitos digitais. Pela sua natureza, a regulação do digital é um tema sensível, uma vez que, em contextos de tendência autoritária como é o caso de Moçambique, a legislação é muitas vezes aproveitada para silenciar as liberdades de expressão e de imprensa em nome do combate à desinformação, discurso de ódio e outros males associados à digitalização. No entanto, num contexto de ausência de balizas sobre a utilização das tecnologias, as redes sociais digitais podem também ser facilmente abusadas, incluindo por via da disseminação da desinformação.

Na ausência, até 2025, de regulação nacional específica sobre esta matéria, a análise do MISA às questões de desinformação se baseou em instrumentos internacionais como as Diretrizes para a Governança das Plataformas Digitais da UNESCO²⁰, visando um ambiente propício para que a liberdade de expressão e informação esteja no centro dos processos de governação das plataformas digitais e inclua o combate à desinformação. Do ponto de vista do ambiente sociopolítico, Moçambique é um país altamente polarizado²¹, o que facilita a desinformação²². No entanto, o ano de 2025 em particular foi de uma relativa estabilidade, sobretudo depois da tensão que se

viveu entre 2023 e 2024 no contexto das eleições autárquicas e gerais, respectivamente. Por natureza, momentos de maior agitação, como eleições e subsequentes crises, são propícios à propagação da desinformação²³. Embora o primeiro trimestre de 2025 tenha continuado a registar tensão pós-eleitoral, a situação foi ficando relativamente estabilizada pelo resto do ano. Entretanto, esta situação não implica uma melhoria automática no cenário da desinformação.

METODOLOGIA

Este relatório resulta de uma pesquisa continuada ao longo do ano, consistindo no monitoramento, recolha, verificação e análise de casos suspeitos de desinformação, através da unidade de verificação de factos MISACheck. Este exercício compreende a utilização de um método de recolha de dados baseado na automação e outro de selecção manual. Por via da automação, uma plataforma baseada em inteligência artificial rastreia, em tempo real, conteúdos suspeitos de desinformação que estejam em circulação no espaço digital moçambicano. Os conteúdos suspeitos são posteriormente sujeitos a um exercício de verificação de factos, que combina tanto plataformas digitais de *fact-checking* como o apuramento jornalístico tradicional de conteúdos, como a consulta de fontes credíveis e o seu confronto. As principais variáveis usadas para a verificação de factos são o falso, a informação manipulada/enganosa, informação não comprovada e sátira ou paródia, conforme detalhado na na figura 1 com os graus de veracidade usados pelo MISA-Check.

23 <https://www.mdpi.com/2673-5172/3/1/12>

18 https://portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/7051/51882/version/2/file/LEI_DE_TRANSACCOES_ELECTRONICAS.pdf

19 <https://executivedigest.sapo.pt/presidente-mocambicano-promulga-leis-dos-crimes-e-seguranca-cibernetica/>

20 <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387560>

21 <https://bristoluniversitypressdigital.com/display/book/9781447337706/ch005.xml>

22 <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/isj.12418>

FIGURA 1: Graus de Veracidade da Informação – MISACheck

	<p>VERDADE Informação confirmada e factual.</p>		<p>FALSO Informação fabricada completamente falsa e inventada.</p>
	<p>INFORMAÇÃO NÃO COMPROVADA Quando ainda não se reuniu dados suficientes para categorizar a informação.</p>		<p>INFORMAÇÃO MANIPULADA/ENGANOSA Alterações intencionais em textos, fotos, vídeos ou áudios para enganar ou induzir ao erro.</p>
	<p>SÁTIRA OU PARÓDIA Conteúdo humorístico ou satírico com potencial para enganar.</p>		

O cruzamento de métodos automatizado e manual não só é útil para detectar os casos de desinformação, como também permite a obtenção de dados consistentes para desarticular a desinformação. Após a verificação, os casos confirmados de desinformação são distribuídos pelos diferentes graus de verificação, bem como classificados segundo a sua natureza temática, como política, sociedade ou economia. Por sua vez, esta distribuição permite não apenas quantificar a desinformação, como também identificar os seus padrões e dinâmicas.

RESULTADOS E ANÁLISE

Esta secção apresenta os principais resultados sobre casos de desinformação detectados ao longo do ano de 2025. Além dos graus de veracidade e as áreas temáticas mais afectadas pela desinformação, a secção apresenta os principais protagonistas, meios usados e alvos da desinformação.

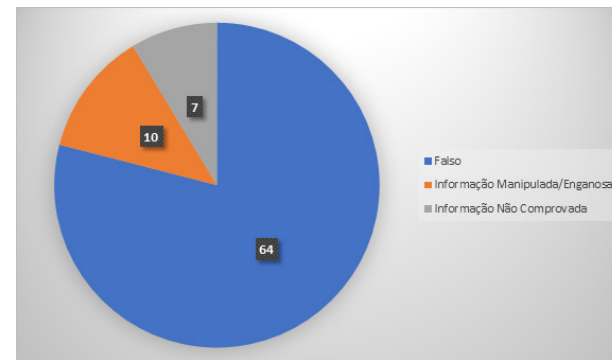
Um Problema Sistémico

De Janeiro a Dezembro de 2025, o sistema de monitoramento de desinformação do MISA Moçambique detectou pelo menos 81 casos de desinformação. No relatório de 2024, que cobriu apenas os meses de Julho a Dezembro, o total de casos de detecta-

dos foi de 28²⁴, incluindo casos não comprovados e aqueles que mais tarde se confirmaram verdadeiros. Em 2024, a desinformação esteve relacionada com as eleições e a crise que as seguiu. Conforme anteriormente indicado, períodos como eleições e crise são propícios para a disseminação da desinformação. A subida de casos, em 2025, para 81, comparativamente com 28 no relatório anterior, pode ser explicada por pelo menos duas razões. Por um lado, o relatório de 2025 cobre o ano inteiro, contrariamente ao relatório referente a 2024 que cobriu apenas um semestre. Por outro lado, a predominância dos casos de desinformação comprova o quão o problema está a se tornar crítico em Moçambique, à medida que cresce a popularização da internet, das redes sociais digitais e da inteligência artificial. Com efeito, mais do que um fenómeno episódico, a desinformação está a se tornar um problema contínuo e sistémico, no país, com uma produção em série de casos visando manipular e influenciar a opinião pública nos mais diversos domínios, como é abaixo indicado. Mais do que casos acidentais, a desinformação está, pois, a afigurar-se como um problema com o qual os moçambicanos se debatem no dia a dia, com os seus protagonistas a explorarem o espaço digital e as vulnerabilidades dos cidadãos para fazer avançar os seus interesses, tanto de natureza política, económica, social quanto de qualquer outra ordem.

Do ponto de vista dos graus de veracidade, o falso foi o mais predominante, com mais de 86% de todos os casos (64). Apenas 10 casos de desinformação foram de manipulação. Além destes casos, outros sete (7) foram de informação não comprovada.

Figura 2: Casos de desinformação registados em 2025. O gráfico mostra a distribuição dos casos por graus de veracidade.



24 <https://misa.org.mz/wp-content/uploads/2025/05/Relatorio-do-estado-da-Liberdade-de-Imprensa-2025.pdf>

A predominância do falso como o principal grau de desinformação representa a continuação de um padrão detectado nos anos anteriores, particularmente no contexto eleitoral. Por exemplo, dos 28 casos detectados entre Julho e Dezembro de 2024, o falso foi o mais dominante, com 14 casos no total. Dito de outra forma, os ‘desinformadores’ não estão apenas a manipular informações já existentes, mas estão, sobretudo, a inventar e a fabricar conteúdos para manipular a opinião pública. Esta constatação revela a seriedade do problema, reforçando um entendimento de não se tratar de casos isolados, mas de uma produção em série de desinformação. Por sua vez, a informação manipulada alinha-se a um padrão global nas questões de desinformação, que consiste na deturpação de casos já existentes para enganar o público. Ou seja, a desinformação aproveita-se, também, de casos reais, mas que são intencionalmente deturpados para dar lugar a casos enganosos. Entretanto, uma vez que a manipulação de percepções inclui estratégias de negação de factos, outros 12 casos de suspeitas de desinformação foram detectados ao longo do ano. No entanto, após verificação, concluiu-se serem informações verdadeiras, mesmo que inicialmente desacreditadas nas redes sociais digitais.

Política no Centro do Problema

Em relação a áreas temáticas, a política foi a que registou maior incidência da desinformação em 2025, concentrando um volume significativo de conteúdos falsos, com elevado potencial de viralizar e forte impacto na percepção pública sobre actores políticos e instituições do Estado. A predominância da desinformação na área política pode ser explicada pela forte polarização partidária, no país, particularmente entre os apoiantes do partido no poder, a FRELIMO, e os partidos da oposição, como o ANAMOLA, a RENAMO e o PODEMOS. Conforme indicado acima, ambientes polarizados, como é o caso de Moçambique, são mais propensos à desinformação. Aliás, os casos detectados em 2025 incluem justamente uma forte exploração da polarização pós-eleitoral que se seguiu às eleições de 2024.

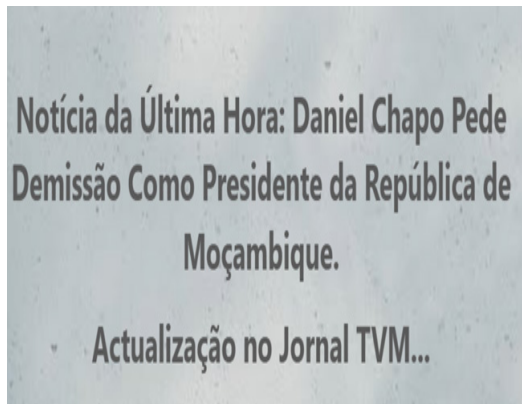
Neste sentido, pode-se destacar as alegações de que o Tribunal Penal Internacional teria suspenso a posse do presidente da República de Moçambique, Daniel Chapo, em Janeiro; a falsa informação sobre demissão do chefe de Estado, em Abril; e a alegada confissão do antigo presidente, Filipe Nyusi, sobre fraude eleitoral, em Junho.

Circulou, também, a falsa alegação, em Setembro, de que o presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa, apoiava o partido ANAMOLA, liderado pelo ex-candidato presidencial, Venâncio Mondlane. Em Novembro, registou-se a falsa informação de que Venâncio Mondlane teria sido convidado para uma reunião na Casa Branca, nos Estados Unidos da América. Em Abril, alegou-se prisão, na África do Sul, do presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Dom Carlos Matsinhe.

Um dos padrões também recorrentes ao longo do ano foi a disseminação de informações falsas sobre mortes, atentados e acidentes envolvendo figuras políticas de destaque. A título de exemplo, alegou-se, em Abril, a morte do presidente da RENAMO, Ossufo Momade, do presidente do ANAMOLA, Venâncio Mondlane, bem como a sua mandatária financeira, Glória Nobre. No mesmo mês, alegou-se também a morte da antiga ministra Verónica Macamo, após um suposto baleamento. Já em Junho, circulou uma alegação de acordo com a qual o ex-comandante-geral da Polícia, Bernardino Rafael, teria sido baleado, enquanto, em Setembro, voltou a surgir a falsa informação da morte de Venâncio Mondlane.

Figura 3: retrato de alguns dos casos de desinformação de 2025 incidindo sobre a área política





Ainda no domínio político, mais especificamente na área de segurança, a desinformação explorou episódios envolvendo as Forças de Defesa e Segurança (FDS), associando-as a supostas práticas de abuso de poder e perseguição política. Em Março por exemplo, circulou a alegação de que o ministro do Interior, Paulo Chachine, teria ordenado o assassinato de um agente da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), uma unidade de elite da Polícia da República de Moçambique (PRM). Em Agosto, foi difundida uma falsa informação sobre a proibição de entrada de manifestantes no concurso público para integração na PRM e, em Setembro, a alegação de expulsão de agentes da PRM na sequência do boicoteamento e morte de uma criança em Bobole, província de Maputo. Os casos incluíram alegações de raptos, como foi em Maio quando se difundiu a falsa informação de que o apresentador de televisão, Gabriel Júnior, havia sido sequestrado. No subsector da educação, os casos de desinformação incluíram a alegação, em Novembro, de que o Governo teria mobilizado militares para controlar a realização dos exames nacionais, criando preocupação em torno da militarização do espaço escolar.

Sociedade, Economia e Desporto

Na área social, a saúde foi uma das sub-áreas mais afectadas. Com efeito, houve alegações sobre doenças, funcionamento dos serviços hospitalares, medicamentos, vacinação e segurança alimentar. Igualmente, circularam informações falsas sobre uma suposta extração ilegal de órgãos em corpos alegadamente transportados pelo Conselho Municipal de Maputo, e a alegação de que produtores de frango estariam a utilizar antirretrovirais para engordar aves na província de Tete. No mesmo período, circulou a alegação de um suposto aumento de 60% dos casos de HIV/SIDA em 2025, numa altura em que os dados alusivos ao ano em referência ainda não estavam disponíveis, como explicaram na altura as autoridades.

Na área económica, a desinformação em 2025 incluiu casos de fraude e esquemas de burla digital, frequentemente disfarçados em oportunidades económicas como emprego, ou em programas de apoio social, explorando a vulnerabilidade associada ao desemprego, sobretudo entre jovens. Entre os casos mais relevantes, destaca-se, em Fevereiro, o falso recrutamento no Instituto Nacional de Estatística (INE) para o alegado “Censo 2025”, bem como, em Julho, a falsa iniciativa denominada “Empoderamento Presidencial da Juventude”.

Figura 4: Exemplo de desinformação explorando vulnerabilidades como o desemprego



Em Maio, foi igualmente identificado um esquema fraudulento que utilizava indevidamente o nome de Venâncio Mondlane e da instituição financeira Millennium BIM para enganar cidadãos. Em Outubro, destacou-se uma informação sobre alegada eliminação do 13.º salário. Em Setembro, circulou também a falsa proposta de um salário mínimo fixado em 42 mil meticais, enquanto, em Agosto, foi difundida a alegação de que a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM) teria proposto um salário mínimo de 46 mil meticais. Já em Dezembro, registou-se a falsa informação sobre a criação de um subsídio de risco universal para todos os funcionários públicos. A desinformação, em 2025, incluiu a área desportiva, em particular o futebol. Estes casos abarcaram divulgação de supostas declarações do seleccionador nacional de futebol, Chiquinho Conde, posteriormente desmentidas.

Actores e Plataformas Mais Usadas

As principais fontes de desinformação online, ao longo do ano em análise, foram páginas, perfis e grupos nas redes sociais digitais, que recorreram a pseudónimos, anonimatos, imitação de nomes de órgãos de comunicação social convencionais, ou, no mínimo, utilização de nomes que sugerem tratar-se de media tradicional. Para esse efeito, as expressões “News” ou “Notícias” aparecem em muitos desses nomes. Entre eles, pode-se destacar páginas como “Notícias de Moçambique (Moz News)”, “Portal Moz News”, “Wicky News”, “Folha de Notícias”, “Mz24News” “Livenews48”, “Espelho da Informação”, “Moz Massoko”, entre outros que difundiram vários casos de desinformação ao longo do ano e envolvendo conteúdos de várias temáticas. As páginas que simulam ser de *media* convencionais usaram sites adulterados, fingindo serem, por exemplo, da Televisão de Moçambique, Tua Televisão e TV Miramar. Além de os seus conteúdos serem marcadamente falsos, uma das características comuns destas fontes é a ausência de uma autoria identificável, o que sugere que, cientes do problema que cometem, os seus actores se escondem por detrás dos pseudónimos das páginas. A estratégia de empregar nomes de órgãos de comunicação social existentes ou nomes com aparência de media tradicionais é uma das principais características da indústria da desinformação, um pouco por todo o mundo. O objectivo é conseguir legitimar a desinformação, fazendo confundir as fontes de informações falsas com meios de comunicação social tradicionais, resultando num tipo de

desinformação pseudo-jornalística²⁵.

Um outro padrão de fontes de desinformação que se destacou ao longo do ano é de páginas de apoio político. Quase todas essas páginas levam o nome do político Venâncio Mondlane. É o caso das páginas “VM7 MÍDIA MOZ”, “5º Presidente da República de Moçambique VM7” e “Venâncio Mondlane VM7”, todas elas que se destacaram na disseminação de desinformação. Embora levem o nome de Venâncio Mondlane, não há elementos factuais que comprovem que o político esteja ligado a essas plataformas. Quanto às plataformas digitais mais usadas para a disseminação da desinformação, destaca-se o Facebook. Isto pode se explicar pelo facto de o Facebook ser a plataforma mais usada em Moçambique, conforme acima indicado. A facilidade de criação de páginas e grupos, ainda que falsos, e o alcance massivo e a elevada capacidade de viralizar seus conteúdos, tornam redes sociais digitais como o Facebook um grande centro de desinformação.

No entanto, grupos de WhatsApp também constituíram um importante mecanismo de redistribuição da desinformação, funcionando como espaços fechados de circulação rápida de mensagens, áudios, vídeos e links externos. No geral, os conteúdos divulgados nestas e outras páginas sinalizam para vários interesses dos seus actores, incluindo a monetização da desinformação, a manipulação por favoritismo político e a criação do caos social. A título de exemplo, diversos conteúdos monitorados apresentavam ligações para formulários online suspeitos, páginas fraudulentas e sites externos criados exclusivamente para gerar tráfego, monetização publicitária ou recolha indevida de dados pessoais. Além de links de redimensionamento para sites sem qualquer ligação com o título anunciado, títulos sensacionalistas, documentos falsificados e falsas citações atribuídas a figuras públicas nacionais e internacionais, também se destacou a utilização frequente de fotomontagens.

25 https://d1wqtxts1xze7.cloudfront.net/68409285/pdf-libre.pdf?1627688862=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPost_truth_and_trust_in_journalism_an_an.pdf&Expires=1779301360&Signature=eBoAuqV7xTh2CJCoPooP4b2IGvfrYrY4zC-Jx-s0UiiQPBiBH6p4D-Zz0Tj1e8qzHD8NbTzO-hMXoNxKGFpGQJJSrTZt0CUwxmIOVy6hWGHd-AvKRrg-HTJD62l-5plrAGkvMPxtVkJlp0jLmoPVm1boqDa2F1GZaTc3xdU4PyGly7ebhN-f4AY4a6-IKMGGrM-IsiBZSzZ6nk7DNf3WLOeweFTsn-P1OebrzWEry27TxYpbpUp8bElHkaQDe6c-De5ILOHYnJqy1JukEIXC09o1Upy4c6~TgFDUgh5xXkIKS49f2rre75F7v05M90meJZka8i~c8rXA-D~s5HtW9jj9w__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

Principais Vítimas

As principais vítimas da desinformação ao longo do ano em análise foram actores políticos, instituições do Estado e seus profissionais e a sociedade civil. Nos actores políticos, entre os alvos mais recorrentes destacaram-se Daniel Chapo, Filipe Nyusi, Ossufo Momade, Venâncio Mondlane, Joaquim Chissano, Verónica Macamo, Esperança Bias, Bernardino Rafael, Paulo Chachine, Dinis Tivane, Albino Forquilha, Samora Machel Júnior e Chiquinho Conde, frequentemente associados a falsas mortes, atentados, conspirações, detenções, confissões políticas, manipulação eleitoral ou alegados envolvimento em actividades ilícitas. Os partidos Frelimo, Renamo, e ANAMOLA também estiveram entre os mais afectados. Entre instituições do Estado, destaca-se o Conselho Constitucional (CC), a Comissão Nacional de Eleições (CNE), o Tribunal Administrativo (TA), a Procuradoria-Geral da República (PGR), o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), a Polícia da República de Moçambique (PRM), o Banco de Moçambique (BdM), e vários Ministérios e institutos públicos. As Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), o Fundo de Desenvolvimento Económico Local (FDEL) e a Federação Moçambicana de Futebol (FMF) também foram visados pela desinformação.

No geral, os conteúdos falsos contra estas e outras instituições procuravam gerar desconfiança institucional, medo ou falsas expectativas relacionadas com salários, subsídios, programas de financiamento e concursos públicos, afectando sobretudo funcionários públicos, trabalhadores moçambicanos, jovens desempregados, candidatos a programas de financiamento e cidadãos economicamente vulneráveis. Estudantes, professores, famílias de vítimas de violência, empreendedores, profissionais de saúde e, demais utilizadores de redes sociais digitais, no geral, também foram vítimas recorrentes da desinformação.

Conclusão e Recomendações

Este relatório visava apresentar o estado da desinformação no espaço digital em Moçambique ao longo do ano de 2025. Os resultados mostram que, mais do que um fenómeno episódico, a desinformação, em Moçambique, está a tornar-se um problema contínuo e sistémico, o que compromete a qualidade do debate público. Enquanto a política e os políticos são os principais alvos da desinformação, o fenó-

meno atinge vários outros segmentos da sociedade, ameaçando as estruturas da democracia. Na linha da frente da disseminação da desinformação estão actores que se aproveitam do anonimato providenciado pelas redes sociais digitais para prosseguirem com os seus interesses. Isto incluiu o uso de páginas pseudo-jornalísticas, que simulam práticas de jornalismo profissional, sobretudo no Facebook, sem qualquer compromisso com princípios editoriais, verificação factual ou responsabilidade ética, tudo para ludibriar o público.

A persistência e intensidade da desinformação em 2025 demonstram que Moçambique enfrenta não um desafio pontual, mas um problema estrutural, que requer esforços concertados em áreas como literacia mediática, confiança institucional, regulação das plataformas digitais e segurança informacional. A velocidade de circulação de conteúdos falsos, associada à baixa capacidade de verificação por parte de utilizadores, continua a favorecer a desinformação, manipulação emocional e radicalização discursiva. Com efeito, o combate à desinformação em Moçambique exige uma abordagem multissetorial e permanente, envolvendo instituições públicas, sociedade civil, órgãos de comunicação social, plataformas digitais, academia e cidadãos, no geral. Sem investimentos na literacia digital, fortalecimento do jornalismo profissional e responsabilização dos actores que lucram com a manipulação informacional, o espaço digital moçambicano continuará vulnerável à instrumentalização política, económica e social da desinformação. Com base nestes resultados, recomenda-se:

Ao Governo

- Implementar políticas públicas de literacia mediática e digital, incluindo a integração, nos currículos escolares, de conteúdos sobre desinformação e verificação de factos, bem como promover campanhas públicas sobre desinformação e seu combate;
- Reforçar capacidades técnicas das instituições públicas para monitoramento de desinformação e manipulação digital;
- Melhorar a comunicação institucional, garantindo divulgação proactiva de informações, com maior rapidez, transparência e acessibilidade, sobretudo em períodos de crise política, segurança ou saúde pública.

Aos Órgãos de Comunicação Social

- Reforçar mecanismos de verificação de factos, incluindo estabelecimento de unidades de fact-checking e treinamento especializado de jornalistas nesta área;
- Promover conteúdos educativos sobre desinformação, manipulação digital e dicas para acesso à informação credível no espaço online.

À Academia

- Rever os currículos de modo a incluir questões sobre desinformação na agenda da formação dos alunos/estudantes;
- Investir numa agenda de investigação consistente sobre a desinformação e as suas consequências sociais e políticas.

À Sociedade Civil

- Fortalecer o monitoramento e combate à desinformação no ambiente virtual;
- Expandir programas de literacia mediática e digital, sobretudo entre jovens e grupos vulneráveis à desinformação.

Aos Cidadãos e Utilizadores das Redes Sociais da Internet

- Verificar a origem das informações antes da sua partilha nas redes sociais digitais;
- Desconfiar de títulos alarmistas, sensacionalistas, imagens chocantes e publicações sem fontes credíveis ou verificáveis;
- Consultar, sempre que necessário, fontes fiáveis de informação, incluindo instituições públicas e privadas e plataformas independentes de verificação de factos, como o MISACheck;
- Denunciar páginas, perfis e grupos envolvidos na disseminação sistemática de desinformação.

